



Ed Ferreira/AE

Lustosa no Congresso: "Este é o momento de rever a renúncia fiscal praticada por Estados e municípios"

Sem novo acordo haverá calote, diz Lustosa

Para deputado, governo deve exigir aprovação das reformas em troca de renegociação de dívidas

GERSON CAMAROTTI

M2

BRASÍLIA – O presidente da comissão especial que analisa a reforma tributária, deputado Paulo Lustosa (PMDB-CE), disse ontem que o governo terá de renegociar as dívidas dos Estados em janeiro, sob o risco de haver um calote generalizado. "Tenho conversado com vários governadores e ex-governadores e a realidade é que os Estados não têm condições de pagar as dívidas", adverte Lustosa, lembrando que há quatro meses alertou o ministro da Fazenda, Pedro Malan, de que isso poderia ocorrer.

Ele acha que, por causa dessa situação de crise, o governo deveria passar a exigir dos Estados,

em troca da renegociação das dívidas, condições para aprovar todas as reformas que precisam ser adotadas. Como exemplo, ele cita a criação do "gatilho", já que seu uso por parte de Estados e municípios é considerado inconstitucional. "Essa é a única forma de conseguir um entendimento em favor das teses do governo", diz Lustosa. "Se existe instrumento de pressão, por que não usá-lo?" Ele lembra que já existe um precedente no governo, que, no ano passado, passou a fazer uma série de exigências para renegociar a dívida de Alagoas. "Esse é um bom exemplo de como as negociações podem ser feitas."

O deputado argumenta que os juros de 6% ao ano, mesmo sendo

bem abaixo do percentual praticado pelo mercado, ainda está muito elevado para os Estados. Depois de afirmar que a receita de boa parte dos Estados está equilibrada, ele citou como exemplo São Paulo, Bahia, Ceará e Maranhão. "Mas o grande problema continua sendo os juros", argumenta. Lustosa explica que, por causas das taxas "monumentais", em outros Estados a situação é de grande dificuldade, mesmo havendo um superávit primário entre receita e despesa.

Ele prevê que a crise irá reduzir a receita dos Estados, o que agravará as finanças desses governos. Segundo ele, "este é o momento para rever a renúncia fiscal praticada por Estados e municípios".

PREVISÃO DE
QUE CRISE
REDUZIRÁ
RECEITA